

RELATÓRIO DE PESQUISA

# Endividar-se para viver: o cotidiano das mulheres na pandemia

Fernando Teixeira  
Graciela Rodríguez  
Marina Cortez  
Paula Sarno



**Brasil**

### **Equipe de pesquisa**

Fernando Teixeira  
Graciela Rodríguez  
Marina Cortez  
Paula Sarno

### **Banco de dados**

Paula Cortez

### **Coordenadoras locais**

Francy Santos Júnior  
Joana Mota  
Liliane de Carvalho  
Marta Leiro  
Vera Lúcia Pessoa  
Zezé Lopes Barros

### **Edição**

Marina Cortez e Graciela Rodriguez

### **Revisão**

Lucía Santalices



**Agradecemos às mulheres, que muito gentilmente se disponibilizaram a participar da pesquisa e esperamos que esta seja uma pequena contribuição para a construção de condições de vida mais justas e livres de dívidas para todas e todos.**

Rio de Janeiro, 2022

# Relatório de pesquisa

## ENDIVIDAR-SE PARA VIVER: o cotidiano das mulheres na pandemia

### INTRODUÇÃO

O neoliberalismo se parece a um mago com cartola, que vai-se reconfigurando de tempos em tempos com novos passes mágicos, puxando mudanças, reformatando comportamentos e criando modalidades de intervenção na vida cotidiana que acabam-se mostrando como mecanismos atualizados para facilitar a expansão capitalista.

Apesar de ser associado a uma doutrina econômica que preconiza a diminuição do papel do Estado e a preponderância do mercado para o andamento da vida econômica, já ficou evidente que o neoliberalismo não é só uma etapa econômica no caminho do desenvolvimento da acumulação capitalista ou uma estratégia para governar. Ele vem-se tornando muito mais do que isso: um regime que vem expandindo sua lógica sobre diversos aspectos da sociedade e da vida cotidiana. Nesse sentido e cada dia mais, precisamos entender esse processo de alargamento do sentido de sua instalação nos países e territórios, onde vem alcançando um forte enraizamento nas subjetividades populares.

Mas como o neoliberalismo tem feito para alcançar essa expansão? Como explicitado por Verónica Gago inspirada na obra de Foucault, trata-se de “um novo tipo de racionalidade, que não pode ser pensada apenas como

impulsionada de cima para baixo”<sup>1</sup>; que funciona como uma lógica não só macroeconômica, mas que se recria permanentemente nas táticas da vida cotidiana, incluindo saberes populares, práticas, esforços e até afetividades coletivas, numa sorte de dinâmica que se reproduz “de baixo para cima”.

Quais têm sido as táticas utilizadas pelo neoliberalismo para enraizar-se nos territórios e sociedades? Quais foram as formas explícitas e veladas dessa infiltração nos modos de agir das sociedades? Talvez esse seja o mais importante enigma que encontramos atualmente para entender comportamentos e modos de ação, tanto dos donos do poder e da riqueza quanto dos setores populares. Estes, particularmente, parecem ter sido cooptados por uma lógica ambivalente que em muitas ocasiões não mais antagoniza com o capital, ainda que mantenha formas de luta e resistência cotidiana à exploração capitalista. Justamente, essa ambivalência nos desafia a aprofundar o entendimento dos métodos e as diversas facetas que a atual ofensiva do neoliberalismo apresenta para a expansão, em última instância, do lucro capitalista.

A partir dessa perspectiva, o Instituto EQUÏT tem buscado entender o endividamento das populações, pois acreditamos ser um velho mecanismo em nova roupagem, muito ao modo em que o neoliberalismo opera atualmente, capturando necessidades e desejos. Assim, compreendemos o endividamento enquanto uma dessas táticas implementadas pelo capital à sombra da crescente financeirização econômica global, que tem potencial de agir sobre a vida cotidiana das populações, afetando a sobrevivência, mas também modulando suas subjetividades e suas definições de vida.

---

<sup>1</sup> Gago, Veronica. “A Razão neoliberal – Economias barrocas e pragmática popular”. Ed. Elefante. 2018. São Paulo – Brasil.

Sabemos que é impossível falar em pobreza sem entender o processo de avanço acelerado da financeirização das economias. A globalização econômica promovida pelo capital global concentrado nas últimas décadas tem-se espalhado de mãos dadas com o processo de expansão do sistema financeiro (ligado à especulação), mas também e fundamentalmente com o endividamento, em primeiro lugar dos países e, cada vez mais, das famílias. No Brasil, pesquisa recente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo indica que, no início de 2022, o endividamento das pessoas atingia 77,5% das famílias, sendo que mais de um quarto destas têm dívidas atrasadas, e 10,9% afirmam que não terão condições de pagar as contas<sup>2</sup>.

De fato, uma estratégia fundamental nas últimas décadas para ampliar a financeirização tem sido a inclusão social via o consumo das famílias, que se mostrou muito controversa, entre outros aspectos, porque tem contribuído para ampliar o endividamento.

Já no início da segunda década deste século, alguns autores analisaram criticamente o processo de bancarização aliado à política de subsídios populares, em especial o Bolsa Família, mencionando seus aspectos positivos, mas alertando para suas implicações sobre o endividamento que a bancarização proporcionava, e que tem crescido de forma praticamente constante na década 2010-2020. “A notável progressão do crédito de consumo vinculado a determinados benefícios sociais, na última década, aparece no centro da chamada estratégia social-desenvolvimentista (Bastos, 2012), cujo saldo mais positivo foi praticamente universalizar o acesso a determinados bens de consumo duráveis ao longo da curva de distribuição de renda, contribuindo, portanto, para o aquecimento da demanda doméstica e fazendo do consumo das

---

<sup>2</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-das-familias-chega-775-maior-valor-em-12-anos-aponta-cnc/>

famílias o motor do crescimento econômico recente. Argumentamos que a outra face da moeda reside num processo de forte endividamento e de maior vulnerabilização das classes populares e dos grupos mais desfavorecidos, concomitantemente a uma precarização e desinstitucionalização do sistema de proteção social (Fagnani, 2010)<sup>3</sup>.

De fato, as finanças têm-se aproveitado de tais processos de bancarização promovida pelas políticas estatais, colocando para funcionar em seu proveito uma miríade de formas de trabalho informais e eventuais, poupanças, conhecimentos populares e, inclusive, as solidariedades das comunidades. A oferta crescente de crédito a tais trabalhadores precarizados permitiu incorporar paulatinamente as pessoas numa rede de sujeição de suas escolhas e definições de vida presentes, no que poderíamos chamar de um disciplinamento para enfrentar no futuro essas dívidas. Tudo isso acontece de formas diversas: seja reforçando a disponibilidade para a aceitação de qualquer trabalho – a fim de evitar a inadimplência –, seja monetizando atividades que se realizavam habitualmente na convivência solidária nas comunidades e vizinhança, ampliando o tempo de trabalho não só pessoal como também familiar – inclusive de crianças, em empreendimentos caseiros ou em trabalhos em domicílio, como por exemplo no trabalho precário de costureiras de facção, às vezes incluindo o trabalho análogo à escravidão para grandes empresas transnacionais.

A racionalidade neoliberal, por meio da promoção de modos de subjetivação calcados no cálculo e na competição, somada à crescente precariedade material em que vivem os setores populares, vem transformando inclusive a dedicação a atividades de lazer e passatempo. As mulheres veem-se crescentemente expropriadas do tempo de não-

---

<sup>3</sup> Lavinias, Lena. “A financeirização da política social: o caso brasileiro”. In *Forthcoming at Politika*, n. 2, July 2015, Rio de Janeiro: Fundação João Mangabeira.

trabalho, seja através do trabalho reprodutivo invisibilizado e não pago, seja através da necessidade de “capitalizar” suas habilidades em atividades como artesanato, costura e culinária a fim de gerar uma *renda extra*. Diante do achatamento dos salários, da escassez de postos de trabalho formais e da perda do poder de compra, as mulheres são convocadas a usar seu “tempo livre” para transformar os produtos de atividades anteriormente feitas por gosto em mercadorias e serviços que auxiliem na complementação da renda familiar ou que supram por completo as necessidades básicas das famílias. Nesses casos tão frequentes, o que é expropriado é o tempo de dedicação a atividades que, até então, estavam parcial ou completamente fora da esfera produtiva e mercantil e que eram realizadas por *prazer* e não por obrigação.

O capitalismo avança, assim, sobre aspectos da vida que não eram financeirizados e que atualmente estão mediados por algum tipo de lucro especulativo financeiro ou por dívida, num processo que vem sendo chamado de *financeirização da natureza e da vida*.

O discurso propagado do “empreendedorismo”, anteriormente circunscrito sobretudo àqueles que detinham mais recursos e o tomavam como uma opção, ganhou espaço nas camadas mais populares. Nelas, ele tem sido compreendido e vivido, muitas vezes, como saída à perda dos empregos formais, à queda na renda e à deterioração da oferta de serviços públicos. Assim, na aparente escolha entre segurança e autonomia, ganham espaço na sociedade as supostas vantagens da liberdade de organizar e ser dono do fruto do próprio trabalho, que supostamente dependeria unicamente da própria dedicação, iniciativa e esforço.

No entanto, para aqueles que tomaram o caminho da “uberização”, da “ifoodização” e da mercantilização de atividades antes desenvolvidas na esfera doméstica e destinadas ao consumo familiar, o empreendedorismo tem tirado sua máscara e revelado sua face perversa: vê-se que não pode



funcionar à parte da dinâmica mais geral da economia, em forte crise, e nem, obviamente, seria capaz de impor à economia uma dinâmica própria.

Assim, pesem todos os esforços, dedicação, criatividade e iniciativa das mulheres e homens para responder às necessidades de sobrevivência básica de suas famílias, para muitos, toda essa dedicação do chamado “empreender” tem-se revelado insuficiente para obter os resultados financeiros necessários à sua subsistência, inclusive às custas de sua própria sobre-exploração. Isso porque há uma forte compressão da renda auferida ou mesmo a impossibilidade de exercer tais atividades informais diante de uma economia persistentemente estagnada, com fraca demanda e forte elevação dos custos dos insumos utilizados e, por outro lado, a margem de ganho já bem reduzida na qual normalmente atuam. Esse é um dos contextos em que, frequentemente, tem ocorrido o processo de aprofundamento do endividamento das famílias de mais baixa renda.

Ao acontecer por fora da organização social do trabalho formal – coletivo por natureza –, a informalidade/empreendedorismo, assim como o empobrecimento e o endividamento resultantes, são no mais das vezes encarados como problemas individuais. Assim, encontramos-nos num impasse: está-se individualizando um problema que é, na verdade, coletivo. É coletivo primeiramente porque é a realidade de milhões de famílias no nosso país; e segundo, porque em se tratando de uma estratégia de captura neoliberal sobre o coletivo das populações, necessita de soluções coletivas, mais especificamente, de uma reorientação das políticas que têm sido até agora exercidas pelo governo federal.

## As mulheres

Sabemos que as mulheres continuam a desempenhar a maior parte dos trabalhos da reprodução social, que se mantêm invisibilizados e não remunerados. São elas que fazem frente às tarefas domésticas e de cuidados, muitas delas, chefes de família que encaram os afazeres destinados à reprodução social da vida e, ao mesmo tempo, arcam com os gastos que a sobrevivência acarreta. Por isso, fomos pesquisar entre as mulheres trabalhadoras como acontece o processo de endividamento em seu cotidiano. Perguntamo-nos que formas assume e se, de alguma maneira, ele condiciona as capacidades e escolhas, muitas vezes urgidas pela sobrevivência.

Os dados do crescimento recente do endividamento das famílias não deixam dúvidas. O nível de endividamento dos lares (saldo dívidas/rendas dos tomadores de crédito) tem crescido: de 41% em 2017 para 46% em março de 2020. O comprometimento da renda para o pagamento de juros e amortizações cresceu de 19%, em dezembro de 2018, para 21% em março de 2020<sup>4</sup>.

Ademais, a natureza das dívidas modificou-se ao longo dos últimos anos. As formas mais antigas ou tradicionais de endividamento dos setores populares refletiam a busca pelo apoio financeiro via créditos para gastos mais permanentes, como moradia própria, automóvel ou bens de consumo duráveis de maior valor unitário. Recentemente, o destino dos recursos obtidos com a utilização do crédito facilitado tem mudado substancialmente, passando a cobrir, em enorme proporção, gastos cotidianos tais como comida, remédio, água, luz, gás, mensalidades escolares e outros gastos recorrentes. Assim, constatamos que

---

<sup>4</sup> Sarno, Paula; Rodríguez; Graciela. "Endeudamiento familiar y pandemia". In Federici, Silvia; Gago, Verónica; Cavallero, Lucía (orgs.) *¿Quién le debe a quién? Ensayos transnacionales de desobediencia financiera*. Buenos Aires: Ed.Tinta Limón y F. Rosa Luxemburgo, 2021.

atualmente, o endividamento está fortemente ligado às tarefas da reprodução da vida, em enorme proporção sustentadas pelas mulheres. Trata-se, ao fim e ao cabo, de “endividamento para viver”.

Já falávamos faz tempo sobre as tramas econômico-financeiras das violências contra as mulheres. E o estudo veio a corroborar – ainda que quantitativamente com um número limitado de mulheres participantes da pesquisa – essa tendência que vínhamos observando e que nos permite visualizar um conjunto mais amplo das violências impingidas aos corpos das mulheres devido à sua condição subordinada nas sociedades. Nesta nova fase do capitalismo, hegemonizado pelas finanças, vemos mais uma vez sendo recriado um perverso *processo de punição social das mulheres*, que vem a reforçar as históricas relações desiguais de poder entre homens e mulheres, já denunciadas pelo feminismo como um dos pilares da organização capitalista de produção<sup>5</sup>.

Ao mesmo tempo, o endividamento aparece como uma dessas violências renovadas que o capital exerce nos atuais tempos de trabalho informal. No processo de substituição do trabalho assalariado, o endividamento se transforma em uma nova forma de extração de valor que busca apropriar-se do excedente provocado pela valorização do capital ao interior das economias populares, onde o trabalho precário transforma-se em fonte de expropriação dos e das trabalhadoras através do endividamento, produzindo um excedente para o capital que não só aproveita o trabalho informalizado e as altas taxas de juros<sup>6</sup>, como se apropria também dos saberes, acúmulos familiares, apoios extra de crianças e idosos, e outros aspectos pessoais ou comunitários dos empreendedores endividadxs.

---

<sup>5</sup> Federici, Silvia. “O ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico reprodução e luta feminista”. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

<sup>6</sup> Em abril de 2022, a taxa básica de juros no Brasil foi em média 13%, uma das mais altas taxas do mundo.

Homens e mulheres vivendo com um desemprego de 14,1%<sup>7</sup> – que no Brasil tem-se tornado cada dia mais estrutural com a crescente desindustrialização do país e agudizado pela pandemia – têm aumentado consideravelmente as fileiras do chamado trabalho informal. Dentro desse contingente, as mulheres são a maior parte dos trabalhadores na informalidade<sup>8</sup>, especialmente as gestantes e as mais pobres, como também têm maior rotatividade no emprego formal. Por isso, fazem parte de um número expressivo desses trabalhadores precarizados, possivelmente subnotificadas nas pesquisas por realizarem pequenos “bicos” ou atividades remuneradas que nem elas próprias consideram trabalho. Muitas das mulheres entrevistadas em nosso estudo consideram-se desempregadas, ainda que realizem algum tipo de trabalho informal.

*O neoliberalismo impõe, assim, este caráter duplo: de um lado, o processo crescente de privatizações dos serviços públicos, e do outro, a oferta de créditos para aceder a tais serviços, já não mais públicos. Uma dupla coerção que por um lado destitui a população de direitos e, por outro, abre novos caminhos de exploração, especialmente nas economias informais não assalariadas<sup>9</sup>.*

Assim, os espaços domésticos, seja pelos trabalhos precarizados realizados em seu interior, seja pela utilização de diversas formas de crédito para pagamento de tarifas de serviços públicos ou bens de consumo cotidiano, têm-se tornado espaços privilegiados para a produção

---

<sup>7</sup> Taxa de desemprego segundo dados da PNAD/IBGE no segundo semestre de 2021, com 14,4 milhões de pessoas em busca de emprego e mais de 35 milhões de trabalhadores informais.

<sup>8</sup> <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4961404-informalidade-entre-as-mulheres-e-muito-maior-do-que-entre-os-homens-diz-fgv.html>

<sup>9</sup> Rodriguez, Graciela. “O sistema Financeiro e o endividamento das Mulheres”. Org. Instituto EQUÍT – Gênero, Economia e Cidadania Global. Rio de Janeiro, 2020.

de dívidas e conseqüentemente dos lucros bancários. E as mulheres, “incluídas financeiramente”, tornam-se ativos importantes dos bancos.

## **Extrativismo financeiro – a cara do Brasil atual**

No Brasil, o modelo extrativista de produção, aliado ao tradicional rentismo agrário, vem mostrando uma marcha forçada da financeirização (iniciada precocemente no país a finais do século passado, como assinalado por Lena Lavinas<sup>10</sup>) que minou o processo produtivo e criou um forte entrave ao crescimento econômico. Isso acabou facilitando a retração do setor industrial, criando uma dinâmica de desindustrialização e, “de quebra, ainda acentuando a reconcentração funcional da renda”.

Igualmente, o processo de financeirização ampliou a mercantilização dos chamados gastos sociais<sup>11</sup>, incluindo as transferências de renda bancarizadas, e aumentou a pressão pela privatização de serviços públicos, fundamentais na hora de aliviar o trabalho reprodutivo das mulheres. Somados, todos esses elementos colaboraram para delinear a atual situação de hegemonia do setor financeiro/bancário, com suas descaradas taxas de lucro, permitindo ao setor financeiro conquistar cada vez mais espaço, facilitando um processo gradual de avanço do crédito e endividamento das famílias, que o golpe de 2016 veio a aprofundar e que o governo Bolsonaro tem promovido abertamente com o sucateamento e desmonte da máquina pública.

---

<sup>10</sup> Lavinas, Lena. “A financeirização da política social: o caso brasileiro”. In *Forthcoming at Politika*, n. 2, July 2015, Rio de Janeiro: Fundação João Mangabeira.

<sup>11</sup> Sobre esse termo, existe uma forte polêmica em torno de mudar a denominação de “gastos” para “investimentos” sociais, mudança que no Brasil ainda não se consolidou.

Se a isso somamos o contexto da pandemia que vivemos desde 2020, que também fortaleceu o processo de bancarização via pagamento do auxílio emergencial destinado à população para enfrentar o isolamento social, vemos como ampliou-se o processo da financeirização. De fato, há muitas análises sobre o favorecimento bancário através do auxílio emergencial, que fechou um circuito de subsídios sociais transferidos pelo governo e utilizados em grande parte pela população para o pagamento de dívidas, retornando, dessa forma, ao setor financeiro.

Assim, finalmente, no âmbito de um governo como o atual brasileiro, que agudizou a pobreza e as desigualdades e provocou o aumento dos juros, do desemprego e da precarização do trabalho, das tarifas dos serviços públicos e da gasolina, acarretando o crescimento em cascata do preço dos alimentos transportados majoritariamente por estradas ou vias fluviais, e que ainda compeliu as mulheres a acumular ainda mais responsabilidades domésticas – como todas as entrevistadas manifestaram –, o que temos é um panorama muito preocupante. Foi sobre as mulheres nos espaços domésticos que recaiu esse aumento das tarifas e dos preços provocado pela falta de serviços públicos que poderiam compensar o trabalho reprodutivo. Essa foi também uma importante fonte do endividamento doméstico, acirrado pela desestruturação das relações de trabalho e a reconfiguração dos lares cada vez mais chefiados por mulheres.

Desse modo, baseadas em bibliografias e análises que vêm buscando entender o fenômeno do endividamento, em particular das mulheres, percebemos, através da pesquisa, que a dívida contraída pelas pessoas tem um enorme potencial de repercussão que ultrapassa o meramente econômico. Ela afeta aspectos como os cálculos e decisões para garantia da sobrevivência pessoal ou familiar, a inserção futura no mercado de trabalho, as condicionalidades para a vida social, a autoestima e o julgamento moral próprio e da sociedade, a saúde e a vida afetiva das

pessoas endividadas e aquelas a seu redor, abarcando um amplo espectro de consequências pessoais e sociais, e relacionadas aos processos de precarização e empobrecimento dos e das trabalhadoras.

## **I – ASPECTOS GERAIS E CONJUNTURAIS SOBRE O ENDIVIDAMENTO**

O processo de endividamento das famílias envolve múltiplas dimensões. De forma geral, é necessária a existência de um credor e de um devedor que emprestam e tomam recursos emprestados, respectivamente, a partir de uma série de condicionantes políticas, econômicas e sociais. Ademais, em cada país ou região, existem diversos fatores que imprimem contornos específicos a essa relação de hierarquias, materializada, por exemplo, em níveis diferenciados de dificuldade para se sair desse círculo vicioso.

Para pensarmos o endividamento das mulheres, tal qual o recorte proposto neste artigo, consideramos importante apresentar, de antemão, um panorama mais amplo sobre a conjuntura brasileira, suas heterogeneidades regionais e assimetrias entre grupos sociais para, posteriormente, tratarmos da análise específica, dando cara e corpo ao endividamento.

Olhemos primeiro para o elo mais frágil da corrente do endividamento, a população em geral. A situação da classe trabalhadora no Brasil deteriorou-se consideravelmente nos últimos anos, após as reformas trabalhista<sup>12</sup> e previdenciária e o desmantelamento institucional como um todo. O alto desemprego, a informalidade, a precarização, o rebaixamento

---

<sup>12</sup> A reforma trabalhista, ao permitir a contratação do trabalhador intermitente, viabilizou o esgarçamento da própria noção de salário-mínimo, dado que, ao trabalhar menos que a jornada padrão, o trabalhador recebe frações salariais – diferentemente de outros países, que estabeleceram salários-mínimos por hora, o Brasil não tem essa tradição. Isso repercute, ademais, nos pisos salariais das categorias mais organizadas e nos rendimentos do trabalhador informal.

do poder de compra, dentre outros fatores, são condicionantes das causas e efeitos do endividamento no último período. Já pelo elo mais forte, o sistema financeiro, este segue sendo um oligopólio<sup>13</sup>, com os cinco maiores bancos ofertando cerca de 80% do crédito, cobrando taxas de juros dentre as mais elevadas do mundo e mantendo níveis de rentabilidade e lucratividade exponencialmente altos.

Do ponto de vista econômico, a relação entre credores e devedores é afetada por fatores de natureza mais macro, como no caso da política monetária e das taxas de juros, mas também pela gestão microeconômica, viabilizada pela estrutura setorial do sistema financeiro doméstico e setorial. Como aspecto determinante do processo de crescimento econômico verificado na segunda metade da década passada, ocorreu uma mudança estrutural na participação do crédito na vida das famílias brasileiras. A significativa expansão do crédito teve dois fatores determinantes: o processo de bancarização, que ampliou o acesso da população aos produtos/serviços bancários, e a criação do crédito consignado, em 2003.

Com relação a essa primeira fase de expansão do endividamento das famílias, os indicadores não deixam dúvidas. O saldo total do crédito livre concedido pelo Sistema Financeiro a pessoa física sobre o PIB apresenta uma trajetória de crescimento, passando de 11,6%, em dezembro de 2007, para cerca de 14%, em finais de 2013. Daí em diante, esse processo de crescimento acima do ritmo do conjunto da economia arrefece, mantendo-se em torno de 13%, ainda que sem uma tendência clara até 2018. Da mesma forma, o saldo do crédito direcionado a pessoa física, que considera também os empréstimos para habitação, sobe de 14%, em março de 2007, para 25%, em 2015, permanecendo nesses níveis até 2018.

---

<sup>13</sup> Outros atores têm surgido, como é o caso das *Fintechs*, mas as próprias barreiras à sua entrada no mercado ainda tornam o efeito na oferta de crédito marginal, pelo menos até o momento.



Vale destacar a inflexão inédita ocorrida na participação entre famílias e empresas no crédito total concedido pelas instituições bancárias: a partir do período de forte recessão em 2015/16, predominou o crédito concedido para as famílias em detrimento do crédito concedido às empresas. E mesmo nesse contexto de fraca atividade econômica e queda nas taxas de juros básicos da economia, os bancos lograram manter sua lucratividade, em grande medida em decorrência das elevadas margens de juros cobradas nas modalidades de crédito às famílias.

Em relação ao período imediatamente anterior ao início da pandemia, é possível visualizar uma terceira fase de clara retomada do processo de expansão do endividamento. O saldo do crédito livre concedido a pessoa física assume uma trajetória mais evidente de crescimento a partir de março de 2018, quando está em 13% do PIB, atingindo cerca de 15% em março de 2020. O nível de endividamento das famílias (saldo das dívidas/renda dos tomadores) cresce desde 2018, atingindo 46% em março de 2020.

Ao longo da pandemia, os indicadores agregados que são usualmente utilizados para demonstrar a trajetória de endividamento apontam claro aprofundamento desse processo. A participação no PIB do crédito concedido a pessoas físicas cresce de 27% em dezembro de 2019 para cerca de 31% em novembro de 2021, maior valor da série histórica. Frente a isso, a relação do endividamento e a renda das famílias em 12 meses subiu de cerca de 42% em dezembro de 2019 para aproximadamente 50% em setembro de 2021 – recorde para esse indicador. Já o comprometimento da renda sobe, aproximadamente, de 24% para 27%, também o maior valor da série.

De forma pormenorizada, o crescimento do endividamento das famílias observado em 2020 e 2021 apresenta diferenças importantes<sup>14</sup>. Em 2020, por exemplo, é determinado pelo crescimento do crédito habitacional e consignado – modalidades que já descreviam trajetória de crescimento em 2019. No primeiro caso, além da queda nas taxas de juros, importantes mudanças nas regras implementadas ainda antes da pandemia estimularam ofertantes e demandantes nessa modalidade. Já o crédito consignado ganha novos estímulos com a possibilidade de ampliação do limite da margem de consignação de 35% para 40%, válida durante a pandemia. O auxílio emergencial e demais medidas tomadas que visaram abrandar os efeitos da pandemia permitiram conter, em alguma medida, a demanda por crédito de mais curto prazo com custos mais elevados, considerado um crédito de pior qualidade.

O ano de 2021 distingue-se do anterior, em especial o segundo semestre, pelo processo concomitante de elevação do crédito pessoal não consignado, do cartão de crédito rotativo e do cartão de crédito parcelado, bem como redução do crédito não consignado associado à composição de dívidas e sinais de arrefecimento da expansão do crédito consignado, num contexto de significativa redução da abrangência do auxílio emergencial e posterior suspensão da transferência desses recursos. Ou seja, cresce o volume das concessões de créditos de mais alto custo<sup>15</sup> enquanto caem as concessões dos créditos de mais baixo custo. Como consequência, ao longo do segundo semestre, já havia sinais de um aumento no nível de inadimplência em algumas modalidades, uma vez que vai ficando cada vez mais difícil honrar os compromissos contratados e,

---

<sup>14</sup> Sarno, Paula. “Desafios de 2021 levam as famílias a recorrerem a créditos de pior qualidade”. In: Martins, N.M. et al. (org.). *Retrospectiva do Sistema Financeiro 2021*. Observatório do Sistema Financeiro, Rio de Janeiro, 2022.

<sup>15</sup> Para ficarmos em apenas dois exemplos numéricos, em novembro de 2021, em média, os juros do cheque especial eram de 129% ao ano, enquanto o cartão de crédito rotativo atingia 346%, segundo o Banco Central.

também, há uma necessidade, para as famílias de mais baixa renda, de buscar por recursos que atendam às necessidades mais emergenciais de sobrevivência.

Olhando o quadro de forma mais abrangente, explicitam-se ainda outros agravantes. No segundo trimestre de 2021, por exemplo, a taxa de desemprego no Brasil ultrapassava os 12%, sendo que na Região Norte atingia 14% e no Nordeste ultrapassava os 18%. Enquanto isso, a inflação era superior aos 10% ao ano, segundo o IBGE, corroendo o poder de compra da população, e sendo puxada, em grande medida, por bens básicos como energia e alimentos.

Nesses dois casos, é importante ressaltar: decisões políticas do Governo Federal introduziram reajustes constantes, tanto nas tarifas de energia quanto no preço dos combustíveis e gás de cozinha, impactando sobremaneira o orçamento dos mais pobres<sup>16</sup>. O resultado é que a renda corrente das famílias, em muitos casos, não se faz suficiente para dar conta das necessidades mais elementares de sobrevivência, tornando imperativo que incorram em endividamento para arcar com gastos básicos – ou por exemplo, voltem a cozinhar com carvão, lenha ou álcool etílico. Para efeito de ilustração, segundo o Dieese<sup>17</sup>, o Salário-Mínimo Necessário atingiu R\$6.012,18 em janeiro de 2022, 4,96 vezes o valor do mínimo nacional atual de R\$1.212,00.

## II – METODOLOGIA DA PESQUISA

Para aprofundar as reflexões apresentadas nas seções anteriores, realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso cujo objetivo

---

<sup>16</sup>

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec264InflacaoConflitoDistributivo.html>

<sup>17</sup> <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202202cestabasica.pdf>

era compreender o processo de endividamento de mulheres de diversas cidades brasileiras e sua inserção no mercado de trabalho formal ou informal durante a pandemia.

Para tanto, partimos das seguintes hipóteses: i) o nível de endividamento das mulheres das classes populares e suas famílias aprofundou-se durante a pandemia, apesar do pagamento do auxílio emergencial para uma parcela significativa da população durante parte de 2020 e 2021<sup>18</sup>; e ii) uma parte importante desse endividamento esteve atrelado ao provimento das necessidades básicas das famílias, tais como despesas com alimentação, saúde, luz, gás, água, transporte e moradia.

Os resultados da pesquisa corroboraram nossas hipóteses e a produção de dados forneceu-nos um rico universo de informações quantitativas e, sobretudo, qualitativas, sobre as condições de vida e trabalho das participantes do levantamento. A seguir, explicitaremos nosso roteiro de pesquisa. Os resultados serão apresentados e discutidos na seção III.

### **Etapa 1: Levantamento de informações, desenho da pesquisa e definição de metodologia**

Na primeira etapa da pesquisa, foi realizado um levantamento estatístico e bibliográfico sobre os temas do endividamento, bancarização, ocupação laboral e economia do cuidado durante a pandemia, seguido do delineamento das perguntas de pesquisa e hipóteses, explicitadas acima. Em seguida, foram escolhidas as técnicas para a produção dos dados –

---

<sup>18</sup> O governo federal, através da Caixa Econômica Federal, pagou ao todo 16 parcelas do auxílio emergencial entre 2020 e 2021. Entre abril e agosto de 2020, foram pagas cinco parcelas de R\$600 e R\$1.200 (para mulheres chefes de família sem cônjuge). De setembro a dezembro, esses valores foram reduzidos à metade e os repasses foram encerrados. Entre abril e outubro de 2021, o programa foi retomado, com parcelas entre R\$150 e R\$375. Em 2020, o auxílio foi pago a 67,9 milhões de pessoas e em 2021, 39,2 milhões. Fontes: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-sete-meses> ; <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/publicacao-apresenta-o-perfil-dos-beneficiarios-do-auxilio-emergencial-em-2020>

rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas – e elaborados os instrumentos para guiar esses processos:

## 1) Roteiro para as rodas de conversa

<b>Tabela 1 - Roteiro para rodas de conversa</b>
<b>Apresentação da pesquisa</b>
1 – Posicionamento político do Instituto Equit em relação ao endividamento 2 – Razões para fazer a pesquisa e objetivos da pesquisa 3 – Ética da pesquisa: confidencialidade e anonimato dos dados produzidos 4 – Apresentação da temática do endividamento no contexto brasileiro atual e as questões de gênero, através de vídeo gravado
<b>Discussão</b>
<b>1 – Surgimento de novas dívidas durante a pandemia</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Quais foram os impactos da pandemia nas finanças das mulheres e das famílias?</li><li>• A situação financeira das mulheres e suas famílias melhorou, piorou ou manteve-se a mesma com a emergência da pandemia?</li><li>• Os gastos domésticos aumentaram com a pandemia? Que tipo de gastos?</li><li>• Qual foi o impacto do auxílio emergencial no orçamento familiar?</li><li>• Novas dívidas foram contraídas durante a pandemia?</li><li>• As dificuldades financeiras foram resolvidas com a contratação de empréstimos?</li><li>• Existem formas não monetárias de pagamento de despesas e dívidas? Exemplo: pagamento de aluguel com prestação de serviços, sem envolver dinheiro (servidão por dívida)</li><li>• Por que as pessoas se endividam?</li></ul>

## 2 – Oferta de crédito

- Houve mais oferta de crédito durante a pandemia?
- Como as mulheres ficaram sabendo da possibilidade de tomar os empréstimos? (Mais propagandas na televisão, internet, entrega de panfletos na rua, mensagens pelo celular, conversa com funcionário(a) do banco, abordagem por correspondentes bancários em lotéricas, lojas, oferta de crédito por funcionários de lojas, supermercados etc.)
- A maior oferta de crédito levou à contratação de crédito? Se sim, isso comprometeu ainda mais a renda individual/familiar?

## 3 – Efeitos não-financeiros do endividamento na vida das mulheres

- Como as mulheres se sentem sabendo que estão endividadas?
- O endividamento afeta a vida em comunidade?

### 2) Questionário com 48 perguntas fechadas:

Tabela 2 - Questionário	
Seção	Perguntas
1) Identificação da respondente	Gênero; idade; escolaridade; raça/cor/etnia; município de residência; moradora de zona urbana central, periférica ou rural; acesso a serviços de água, luz e internet.
2) Situação de trabalho e renda	Acesso a renda; situação de emprego/trabalho; vínculo trabalhista; natureza da atividade laboral; dedicação a trabalho reprodutivo; impactos da pandemia no número de horas trabalhadas (trabalho produtivo e reprodutivo).
3) Situação doméstica	Condições de ocupação da moradia; número de pessoas na residência; suas idades; grau de parentesco; contribuição para as despesas domésticas; renda familiar.
4) Endividamento Neste bloco, a entrevistada deveria considerar o período da pandemia (março de 2020 a outubro de 2021) para	Impactos da pandemia sobre a renda auferida; recebimento de auxílio emergencial; percepção sobre aumento dos gastos domésticos; responsável pelas despesas domésticas na família; grau de dificuldades para realizar pagamentos; soluções encontradas para as dificuldades financeiras; endividamento antes e durante a pandemia; percepção sobre o aumento da oferta de crédito e canais para essa oferta; modalidades de crédito contratadas; destinação aos recursos provenientes de empréstimos; contratação de crédito para empreendimentos; grau de endividamento familiar;

responder às perguntas	capacidade de quitação das dívidas; responsável pela quitação das dívidas na família.
------------------------	---

## Etapa 2: seleção dos grupos participantes da pesquisa

Nesta fase, foram selecionados seis grupos de mulheres de municípios e estados distintos das regiões Nordeste e Norte do Brasil: Salvador (BA), Juarez Távora (PB), Viçosa do Ceará (CE), Imperatriz (MA), Belém (PA) e Manaus (AM), em um total de 37 participantes da pesquisa. A escolha dos grupos participantes deu-se em razão da diversidade geográfica e de tamanho dos municípios, com o objetivo de incluir cidades pequenas, médias e grandes (vide Tabela 3)<sup>19</sup>.

<b>Tabela 3 - Municípios das entrevistadas</b>		
Local	Nº participantes	População estimada em 2021 (IBGE)
Salvador (BA)	6	2.900.319
Juarez Távora (PB)	6	8.014
Viçosa do Ceará (CE)	6	61.916
Imperatriz (MA)	6	259.980
Belém (PA)	5	1.506.420
Manaus (AM)	8	2.255.903
<b>Total</b>	<b>37</b>	

Sobre os critérios para a escolha dos grupos participantes da pesquisa: deveriam ser grupos compostos por mulheres, auto-organizados e identificados com a vertente política progressista e com os feminismos. Quanto ao contato com os grupos, nos casos de Salvador, Viçosa do Ceará, Imperatriz e Manaus, o Instituto Equit mantém relações políticas

<sup>19</sup> Considerando tratar-se de um estudo de caso de cunho qualitativo, a pesquisa não pretendeu atender critérios estatísticos para se garantir a representatividade numérica da amostra ou dos dados produzidos; portanto, o número de entrevistadas em cada município não é proporcional ao número de habitantes das cidades.

com eles através dos feminismos e de colaboração mútua em projetos, campanhas e mobilizações desde 2005 aproximadamente. Os grupos de Juarez Távora e Belém foram indicados por pessoas próximas, que intermediaram a comunicação entre a equipe de pesquisa e suas lideranças. Em todos os casos, o Instituto Eqüit entrou em contato com mulheres que desempenham um papel de liderança nos grupos (doravante chamadas de *coordenadoras locais*) para apresentar a proposta de pesquisa e convidá-las a participar. As coordenadoras locais ficaram responsáveis pela seleção das participantes da pesquisa em cada localidade, seguindo o critério de renda (até 2 salários-mínimos) e de algum grau de endividamento pessoal ou familiar. O trabalho das coordenadoras locais para a mobilização dos grupos, organização e mediação compartilhada das rodas de conversa e entrevistas foi remunerado e uma ajuda de custo foi oferecida às participantes, a fim de cobrir os custos de deslocamento, alimentação e internet para a participação na pesquisa.

Considerando-se ser este um dos critérios para o convite a participar da pesquisa, todos os grupos selecionados têm algum grau de engajamento político progressista, ainda que, em alguns casos, essa não seja a motivação principal para a constituição do grupo e a adesão ao ideário político feminista seja variável entre as participantes. O critério de renda e endividamento individual ou familiar, citado anteriormente, fez-se notar através da compilação dos dados: a maioria das mulheres entrevistadas têm renda familiar de até 2 salários-mínimos e encontrava-se endividada no momento da pesquisa.

Outras características comuns entre as participantes são as seguintes: a grande maioria das mulheres entrevistadas identifica-se como parda ou preta/negra; são moradoras de zonas urbanas periféricas e têm acesso a água tratada e energia elétrica em suas casas. Trinta das 37 entrevistadas têm acesso a internet fixa ou móvel. Todas as entrevistadas realizam



atividades ligadas ao trabalho reprodutivo em suas casas e 32 entrevistadas relataram aumento das despesas domésticas durante a pandemia. Frequentemente, as entrevistadas relataram estar ou ter estado com o fornecimento de água ou eletricidade cortado em suas residências em algum momento da pandemia em razão de atraso no pagamento das contas. O corte no fornecimento era contornado através de “gatos” ou da solidariedade entre vizinhos, que forneciam água ou luz durante os períodos de corte. Essas e outras informações serão apresentadas pormenorizadamente na seção dedicada à discussão dos dados. As características mais relevantes de cada grupo são apresentadas a seguir, na Tabela 4:

<b>Tabela 4 - Características dos grupos participantes da pesquisa</b>	
<b>Município</b>	<b>Características do grupo</b>
Salvador (BA)	<p>As participantes do grupo são ou já foram moradoras de um mesmo bairro periférico de Salvador e se conheceram através das relações comunitárias. Integram um grupo de cunho mais evidentemente político, pertencente à AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras.</p> <p>Vale destacar a alta escolaridade das entrevistadas: 2 têm Ensino Médio completo, 4 têm o Ensino Superior completo e 1 tem Pós-graduação. Não obstante, dentre as 6 entrevistadas, apenas 1 estava empregada, enquanto 4 disseram-se desempregadas sem procurar emprego e 1, desempregada procurando emprego.</p> <p>Quatro das entrevistadas têm dívidas com o FIES. Quatro relataram perda de renda durante a pandemia e 5 das 6 entrevistadas contraíram novas dívidas no período.</p> <p>Todas tiveram dificuldades para cobrir as despesas com alimentação durante a pandemia. Uma das entrevistadas relatou vender rifas no bairro para gerar renda e outra entrevistada conseguiu saldar parte das dívidas através de “caixas” (consórcios) realizadas entre amigos.</p>
Juarez Távora (PB)	<p>Todas as entrevistadas estão ligadas a uma associação local de artesãs formalmente constituída, com sede na</p>

	<p>residência da coordenadora local, e participam periodicamente de feiras para venda dos produtos confeccionados. O grau de escolaridade das entrevistadas varia entre o Ensino Fundamental incompleto e o Ensino Médio Completo. Cinco das 6 entrevistadas são moradoras de zona urbana periférica e apenas 2 das 6 entrevistadas têm acesso a internet. Três das 6 entrevistadas recebiam Bolsa Família à época das entrevistas e 4 encontravam-se desempregadas. Cinco das 6 entrevistadas têm casa própria. Todas elas eram responsáveis pelas despesas domésticas e tinham renda familiar de até 1 salário-mínimo. Todas relataram perda de renda durante a pandemia, ainda que tenham recebido o auxílio emergencial.</p>
Viçosa do Ceará (CE)	<p>As entrevistadas formam parte do Movimento Ibiapabano de Mulheres, algumas de forma mais próxima e outras, mais periféricamente. Único grupo entrevistado com moradoras de zona rural: dentre as 6 entrevistadas, 3 residem em zona rural, 2 em zona urbana periférica e 1 em zona urbana central. Todas elas têm casa própria e renda de até 1 salário-mínimo. Todas receberam o auxílio emergencial e apenas uma das entrevistadas relatou perda de renda durante a pandemia. Todas encontravam-se endividadas e a dificuldade para pagar as contas de luz foi um relato unânime. Quanto ao grau de escolaridade, 4 entrevistadas têm o Fundamental incompleto, 1 tem o Fundamental completo e 1 tem o Ensino Médio completo. Uma das entrevistadas relatou não saber ler ou escrever. Quatro das 6 entrevistadas recebiam Bolsa Família.</p>
Imperatriz (MA)	<p>As entrevistas foram realizadas com mulheres próximas ao movimento de mulheres da cidade de Imperatriz. O grau de escolaridade das entrevistadas varia entre Ensino Médio completo (2) e Ensino Superior incompleto (1) e completo (3). Todas são moradoras de zona urbana periférica, têm acesso a internet e renda própria. Quanto ao vínculo trabalhista, uma das entrevistadas é celetista, 2 são servidoras públicas e 3 são trabalhadoras informais com remuneração variável. Uma entrevistada tem renda</p>

	<p>familiar de até um salário-mínimo, 3 têm renda de até dois salários-mínimos e 2 têm renda de dois a quatro salários-mínimos. Cinco das 6 entrevistadas relataram perda de renda durante a pandemia. Quatro das 6 entrevistadas receberam o auxílio emergencial. Em março de 2020, 5 das 6 estavam endividadas e apenas 1 entrevistada não contraiu novas dívidas durante a pandemia. Todas as entrevistadas relataram ter conseguido saldar dívidas parcialmente durante a pandemia.</p>
Belém (PA)	<p>Todas as participantes da pesquisa são artesãs e integram um grupo de economia solidária participante em atividades promovidas pela Prefeitura de Belém. Elas participam e promovem feiras de artesanato conjuntamente e encontram-se periodicamente para confeccionar os produtos que serão comercializados nas feiras e espaços dedicados ao artesanato na cidade. A maioria das entrevistadas relatou ter perdido renda durante a pandemia em decorrência da suspensão das feiras de artesanato durante o período de distanciamento social e algumas relataram dificuldades para comprar os insumos necessários para a confecção dos produtos por conta do aumento dos preços. Em termos de escolaridade, 2 têm Ensino Médio e as demais têm Ensino Superior ou Pós-graduação. Ainda que todas relatem ter renda própria, 4 das 5 entrevistadas declararam-se desempregadas. Todas declararam ter tido dificuldades para realizar pagamentos durante a pandemia e todas recorreram ao menos à estratégia de corte de gastos para fazer frente a essas dificuldades.</p>
Manaus (AM)	<p>Trata-se de mulheres mais ou menos próximas ao Fórum Permanente de Mulheres de Manaus. Três das 8 entrevistadas eram trabalhadoras no Distrito Industrial de Manaus e foram profundamente impactadas pela perda dos empregos formais em termos materiais e subjetivos durante a pandemia. Nenhuma delas havia conseguido, até o momento da entrevista, novo emprego formal. Três das entrevistadas fizeram relatos sobre os impactos diretos da COVID-19 em suas famílias, sendo que 2 delas</p>

tiveram que recorrer a empréstimos para arcar com os gastos de medicamentos ou cilindros de oxigênio para familiares internados em estado grave.
--

### **Etapa 3: realização das rodas de conversa e aplicação dos questionários**

Para a produção de dados, foram promovidas rodas de conversa com pequenos grupos de 5 a 8 mulheres, divididas pelos seis municípios, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos e mediação da equipe de pesquisa e da coordenadora local. Com exceção das participantes de Salvador, que acompanharam a roda de conversa virtualmente, todos os grupos reuniram-se presencialmente em locais definidos pelas coordenadoras locais e conversaram com a equipe de pesquisa virtualmente. As conversas seguiram o roteiro apresentado na Tabela 1. Posteriormente, foram marcadas entrevistas individuais virtuais com as participantes das rodas de conversa, com duração entre 45 minutos e 1 hora e 30 minutos. O questionário apresentado na Tabela 2 guiou as perguntas feitas às entrevistadas, mas frequentemente a conversa não se limitou ao questionário, expandindo-se para as histórias de vida das mulheres, as dificuldades trazidas pela pandemia, suas percepções sobre o endividamento e debate sobre os aspectos políticos e sociais desse fenômeno. Por isso, consideramos que as entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturadas. As informações adicionais foram resumidas e anotadas pela equipe de pesquisa nos questionários. As 37 respondentes do questionário incluem as coordenadoras locais. As rodas de conversa e entrevistas foram realizadas entre novembro e dezembro de 2021.

### **Etapa 4: compilação e sistematização de dados**

Foi criado um banco de dados com as informações coletadas através dos questionários e diversos cruzamentos de dados foram realizados. Parte dos dados gerados será discutida na seção III e outra parte deverá ainda ser analisada e apresentada em publicações futuras.

Para além dos dados quantitativos, as anotações realizadas durante as entrevistas foram compiladas em um quadro, a fim de identificarmos tanto as questões recorrentes entre as entrevistadas, quanto as peculiaridades em cada entrevista. As informações quantitativas e qualitativas, somadas às relações prévias existentes entre o I. EQÜIT e os grupos participantes e o conhecimento sobre suas características e trajetória possibilitaram traçar uma síntese das características mais notáveis de cada grupo, apresentadas sucintamente na Tabela 4.

### **III – ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA**

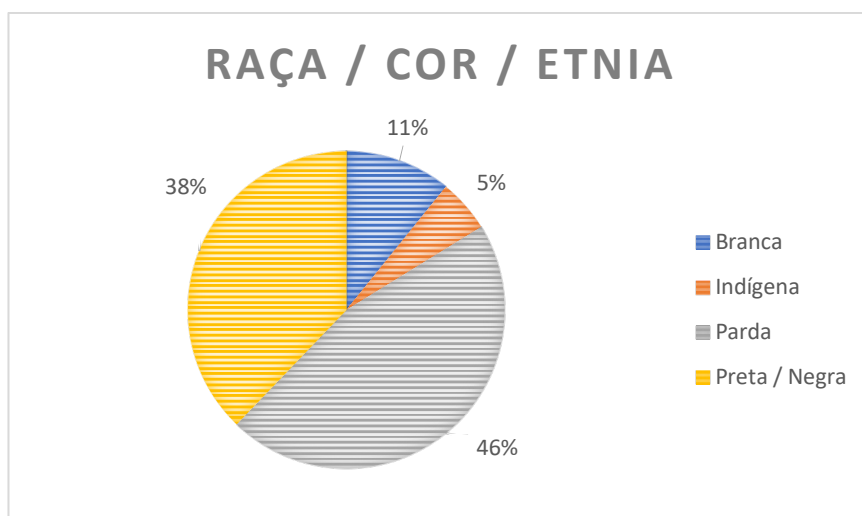
Analisando os dados da pesquisa, dois fatos saltam aos olhos e corroboram o que se visualiza no quadro brasileiro mais ampliado: i) o endividamento das mulheres era uma realidade em março de 2020; ii) esse quadro agravou-se ao longo da pandemia. Entretanto, quando se fala em endividamento, existe todo um contexto político, territorial, social e cultural que permeia essa relação em que as mulheres estão inseridas.

Olhemos primeiramente as características socioeconômicas dessas mulheres, para depois realizarmos uma análise pormenorizada sobre o que ocorreu ao longo da pandemia e sobre a relação das mulheres entrevistadas com as próprias dívidas no período mais recente.

#### **1. Características socioeconômicas:**

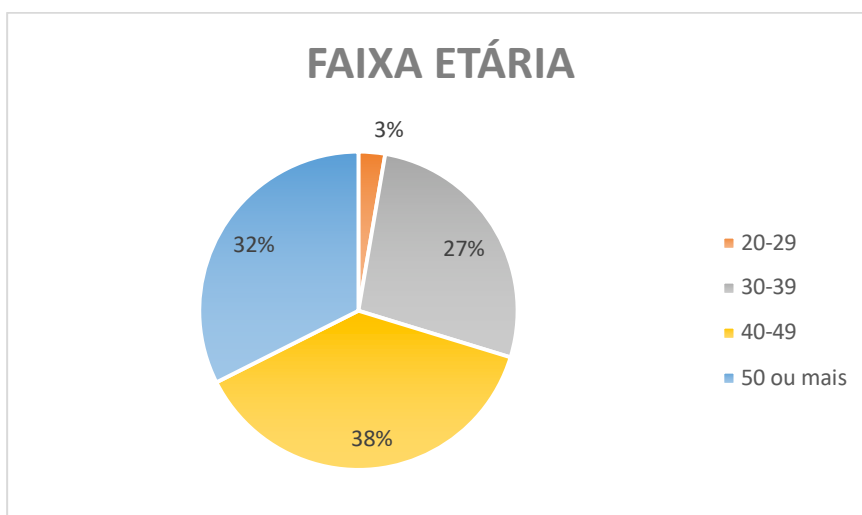
Dentre as mulheres participantes da pesquisa 46% (17) identificavam-se como pardas, 38% (14) como pretas, 11% (4) como brancas e 5% (2) como indígenas. Podemos assim concluir que esse grupo focal é majoritariamente preto ou pardo. Vide gráfico 1.

Gráfico 1



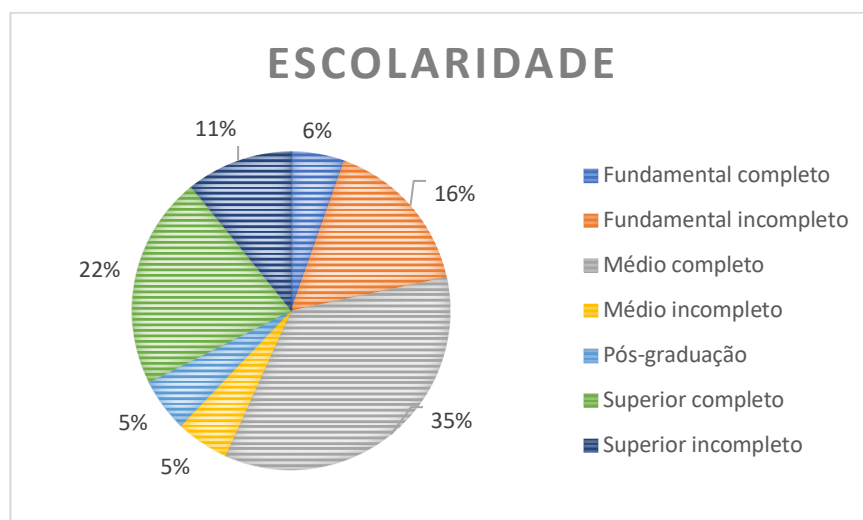
Pelo recorte etário, 38% tinham entre 40 e 49 anos na data da entrevista, seguidas por aquelas da faixa de 50 anos ou mais, que representavam 32%. As mulheres entre 30 e 39 anos eram 27%, enquanto aquelas que tinham entre 20 e 29 anos eram apenas 3%. Vide gráfico 2.

Gráfico 2



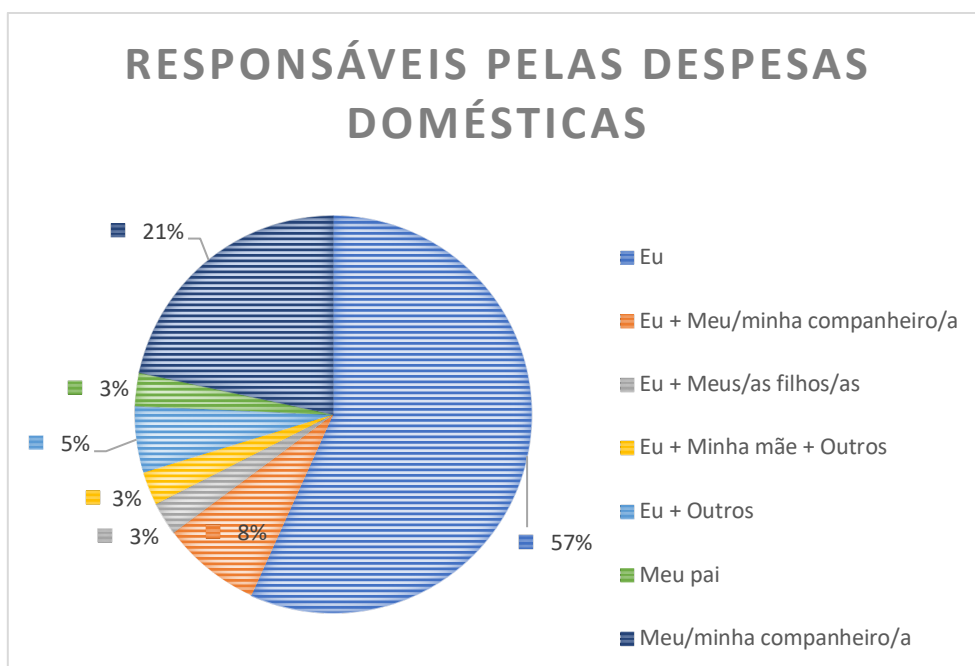
Do ponto de vista da escolaridade, 35% tinham o Ensino Médio completo, seguidas por 22% com Ensino Superior completo, 16% com Ensino Fundamental incompleto e 11% com Ensino Superior incompleto. Esses dados compõem um quadro bastante plural das mulheres pesquisadas. Vide o gráfico 3.

Gráfico 3



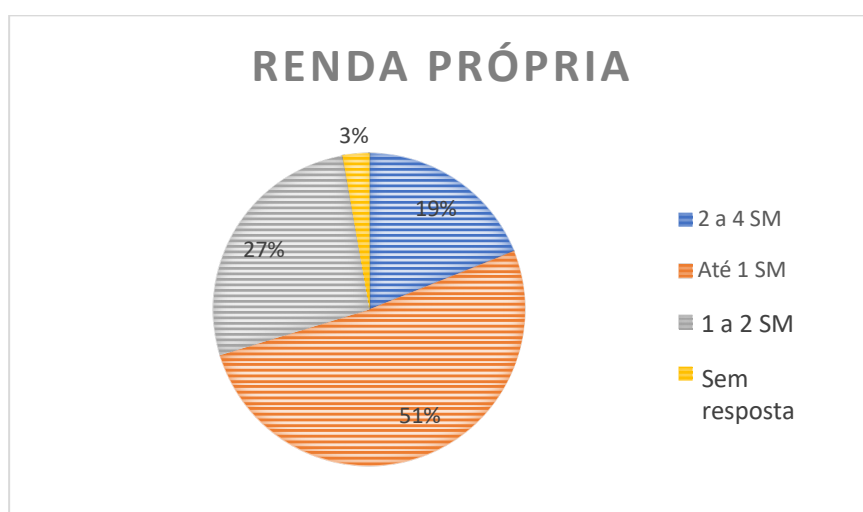
Das mulheres entrevistadas, 57% respondem pelas despesas domésticas sozinhas, 8% compartilham essa obrigação com seus companheiros e 11%, com os demais membros da família. Somente 24% têm seus companheiros ou pais como os responsáveis pelas despesas domésticas, conforme consta no gráfico 4. Assim, podemos concluir que a renda auferida pelas mulheres é uma contribuição fundamental para o sustento de suas famílias. Vide o gráfico 4.

Gráfico 4



Conforme o resultado dos questionários, metade das famílias representadas possui uma renda mensal de até 1 salário-mínimo, sendo que 78% das famílias representadas ganham até 2 salários-mínimos e 19%, entre 2 e 4 salários-mínimos, conforme o gráfico 5.

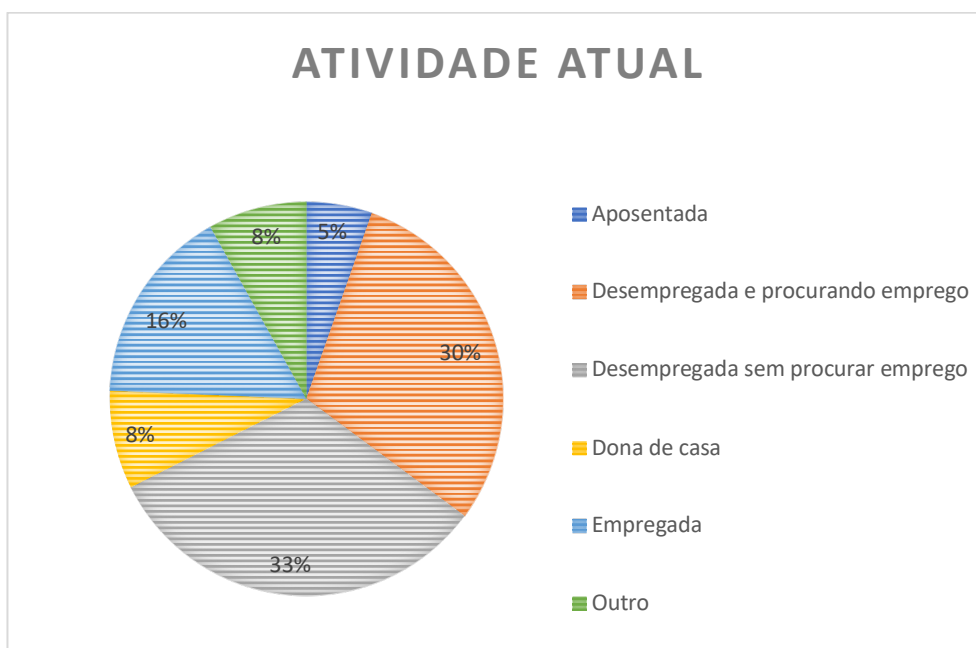
Gráfico 5





Quando perguntadas sobre sua atividade atual, 63% das entrevistadas informaram estar desempregadas, sendo que 33% estavam sem procurar emprego. Apenas 16% disseram-se empregadas, 8% são donas de casa e 5% estão aposentadas, conforme o gráfico 6.

Gráfico 6



Quando perguntadas acerca de sua atividade atual, 63% das entrevistadas disseram estar desempregadas (gráfico 6). Porém, com relação aos vínculos trabalhistas, é possível verificar que uma parte dessas entrevistadas que se responderam “desempregadas”, quando perguntadas sobre sua atividade profissional, afirmaram exercer algum tipo de atividade informal com remuneração variável ou funções esporádicas, de forma a fazer frente às despesas, conforme refletido no gráfico 7. Esse grupo das trabalhadoras informais com remuneração variável representa 35% do total das entrevistadas (gráfico 7). Emprego doméstico, faxina, artesanato, depilação, costura, produção e comércio de

alimentos como sopa, bolo e salgadinhos e comércio de bebidas são algumas das atividades exercidas de maneira informal sem remuneração estável. Ademais, 5% declararam-se microempreendedoras individuais sem empregados.

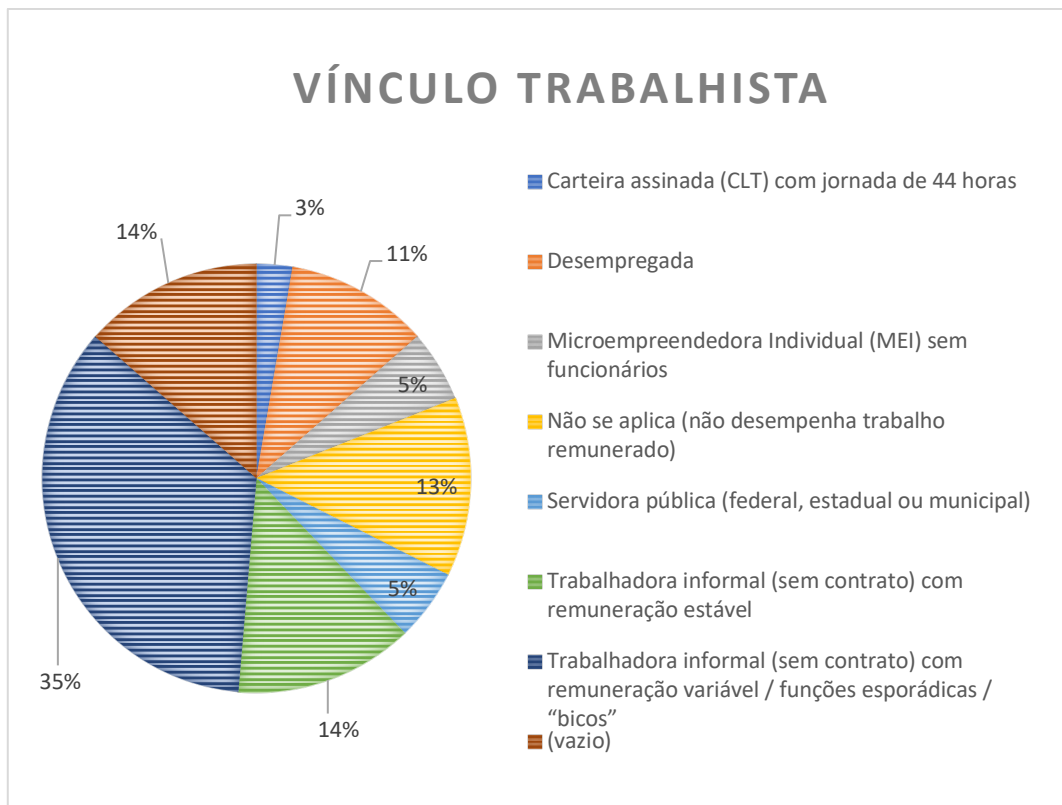
Somando esses dois grupos acima citados ao grupo das que continuaram se declarando desempregadas, que representam 11%, temos que, das mulheres entrevistadas, 51% não possuem remuneração estável ou não possuem qualquer tipo de remuneração (gráfico 7).

Empregadas com carteira assinada com 44 horas semanais de jornada representam somente 3% do total, e o grupo das que são trabalhadoras informais, ou seja, não possuem relação contratual, mas que possuem uma renda estável, representa 14% do total. Somando a esse grupo as mulheres que são servidoras públicas (5%), chega a 22% o total das mulheres entrevistadas com algum tipo de remuneração estável, mesmo que não contratualmente estabelecida.

As demais mulheres entrevistadas não desempenham trabalho remunerado (donas de casa, estudantes) ou não responderam. Dessa maneira, pode-se concluir que a parcela que declara possuir uma renda estável, mesmo que não estabelecida contratualmente, chega a cerca de 1/5 das mulheres entrevistadas.

Como veremos na seção 3.2, de acordo com os depoimentos, a pandemia aprofundou a situação de informalidade no mercado de trabalho, contribuindo para a conformação do quadro acima descrito. Isso porque ampliou a informalidade e tornou mais difíceis as condições de trabalho das mulheres que já se encontravam na informalidade.

Gráfico 7



No que se refere à moradia, 76% das entrevistadas viviam em áreas urbanas periféricas, 16% em áreas urbanas centrais e 8% em zonas rurais (gráfico 8). Ademais, 73% tinham casa própria, 16% alugada, 8% cedida e 3% viviam em ocupação (gráfico 9). Com relação ao acesso à internet, 65% declararam ter Wi-Fi, 11% tinham acesso apenas através de celular pré-pago e 19% não tinha qualquer acesso. As demais (5%), não responderam.

Gráfico 8

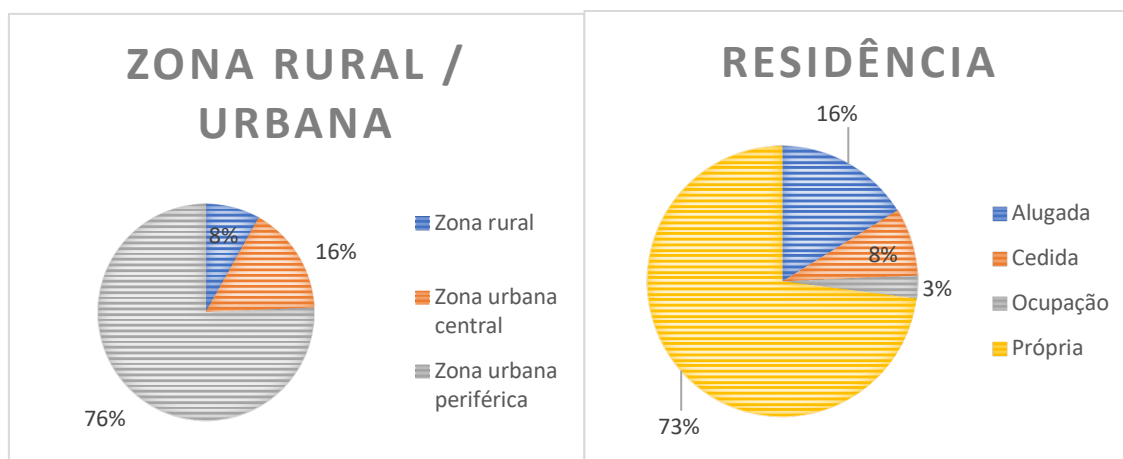
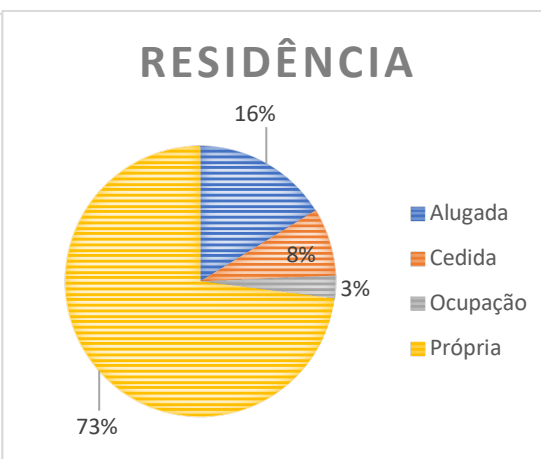


Gráfico 9



## 2. Endividamento:

Para cerca de 78% das entrevistadas, a renda familiar caiu durante a pandemia. O desemprego do companheiro ou de algum familiar, o adoecimento de um membro da família ou a morte de um parente que contribuía para a renda doméstica, frequentemente com o benefício na forma de aposentadoria, e a diminuição do número de horas trabalhadas foram alguns dos fatores citados que, em muitos casos, ocorreram, inclusive, de forma concomitante e contribuíram para a diminuição da renda.

Por outro lado, 30 das 37 entrevistadas declararam ter recebido o auxílio emergencial, de maneira que o benefício não parece ter revertido, nesses casos, a situação de perda de renda. Ademais, como declarou uma das entrevistadas, que era beneficiária do Bolsa Família e fazia faxinas esporadicamente, muitas vezes recebendo o pagamento em alimentos e não em dinheiro, houve um aumento da renda com o auxílio emergencial, “mas a comida aumentou muito, e o gás também”.

Dentre as que relataram ter ocorrido aumento da renda, o auxílio emergencial foi o fator mais destacado; apenas em dois casos o fator

citado foi o filho ter conseguido encontrar emprego durante a pandemia. Foi lembrado, porém, que com o fim do auxílio, que se deu num contexto de ausência de recuperação da economia, a renda voltou a cair.

Dentre as entrevistadas, cerca de 40% recebiam Bolsa Família, em sua maioria as que possuíam renda familiar de até 1 salário-mínimo. Além dos efeitos da pandemia sobre a contribuição para a renda familiar dos demais membros da família, a maioria das entrevistadas declarou que o impacto imediato da emergência sanitária sobre a sua própria situação de trabalho foi negativa: cerca de 11% delas declararam ter perdido seus empregos. Destacam-se as mulheres que eram trabalhadoras do Distrito Industrial em Manaus, que perderam seus empregos formais durante a pandemia.

A pandemia contribuiu também para aprofundar a situação de informalidade, assim como dificultou o exercício até das atividades informais que já eram exercidas desde antes de março de 2020: em decorrência das medidas de distanciamento social, houve o fechamento das feiras de artesanato ou a redução da demanda por faxina, por exemplo. A elevação do custo dos insumos utilizados em suas produções para venda também foi relatada como uma dificuldade muito importante porque impediram a garantia de uma margem mínima de retorno dessas atividades, como foi o caso das entrevistadas que costumavam vender salgadinho e sopa ou peças de artesanato.

De acordo com os resultados das entrevistas realizadas, ocorreu uma redução no número de horas trabalhadas para 43% das entrevistadas, em comparação aos 8% que tiveram aumento do número de horas. Além do que, como citado, 11% ficaram desempregadas.

Quando perguntadas sobre qual era a situação de endividamento em março de 2020, no início da pandemia, das 37 entrevistadas, 65% declararam estar com os nomes negativados no SPC ou Serasa. A seguir estão apresentadas as diferentes combinações relativas às modalidades de crédito utilizadas:

<b>Tabela 5 – Combinações de modalidades de endividamento</b>	
Endividamento descritivo	Número pessoas
Não responderam	2
Cartão de crédito	2
Cartão de crédito + Empréstimo com banco + FIES	2
Cartão de crédito + Empréstimo com familiares ou amigos	1
Cartão de crédito + Empréstimo consignado + Outros	1
Cartão de crédito + FIES	2
Cartão de crédito + Cheque especial	1
Crediário	3
Crediário + Cartão de crédito	3
Crediário + Cartão de crédito + Empréstimo com banco	1
Crediário + Cartão de crédito + Outros	1
Crediário + Empréstimo com banco	1
Crediário + Outros	2
Empréstimo com agiota	1
Empréstimo com banco + Outros	2
Empréstimo consignado + Outros	1
Não	9
Outros	2
<b>Total Geral</b>	<b>37</b>

Agregando essas informações, conforme constata-se na tabela 6, concluiu-se que durante a pandemia (entre março de 2020 e outubro de 2021), a modalidade de crédito mais utilizada foi o cartão de crédito: 38% das entrevistadas utilizaram essa modalidade e 32% delas utilizaram o cartão de crédito simultaneamente a outras modalidades de crédito.

A segunda modalidade mais utilizada foi o crediário, contratada por 33% das entrevistadas. Constatou-se que a maior parte das entrevistadas que utilizaram o crediário também se encontrava endividada em mais de uma forma de crédito. Ademais, verificou-se que 13% do total utilizaram o cartão de crédito juntamente com o crediário, em alguns casos

acrescentados ainda a outras modalidades. Depois do cartão de crédito e do crediário, as modalidades mais utilizadas foram o empréstimo pessoal contratado com os bancos e o FIES.

<b>Tabela 6 – Modalidades de endividamento</b>		
Modalidade de Endividamento	Número de pessoas	%
Cartão de crédito	2	5,4%
Cartão de crédito + Outros (exceto crediário)	7	19%
Cartão de crédito + Crediário	3	8,1%
Cartão de Crédito + Crediário + Outros	2	5,4%
Crediário	3	8,1%
Crediário + Outros (exceto cartão de crédito)	3	8,1%
Outros	6	16,2%
Não tem dívidas	9	24,3%
Não respondeu	2	5,4%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Nos dados levantados podemos observar:

- A predominância das relações de crédito que se dão com instituições financeiras, em detrimento dos empréstimos mais informais (com familiares e amigos ou agiotas), demonstrando a penetração dessas instituições na vida das famílias de mais baixa renda.
- A alta utilização do cartão de crédito por uma população que, como verificamos, tem baixo nível de renda e não possui um rendimento estável, o que, portanto, tende a resultar na utilização do cartão de crédito rotativo, cujas condições de prazo e custo são as mais prejudiciais para o devedor.
- A contratação, ainda que em menor escala, do empréstimo pessoal e do cheque especial, modalidades conhecidas pelas altas taxas de juros impostas ao devedor.

- É frequente a contratação de mais de uma modalidade de crédito, refletindo as dificuldades de gerenciamento das condições financeiras da família.
- A presença do crediário, ainda como uma forma importante de financiamento ao consumo.

Nos orçamentos das famílias, os gastos com alimentação, saúde e com contas de luz, água e gás foram os itens que mais pesaram, seguidos das despesas com telefone e internet, pagamento de dívidas e moradia.

O contexto de endividamento na pandemia ocorre frente à percepção de quase 2/3 (23) das entrevistadas de uma maior oferta de crédito que se dá, conforme também apurado na pesquisa, num contexto de aumento das despesas domésticas para a grande maioria das entrevistadas (30).

Por conseguinte, com a pandemia, a maioria das entrevistadas relatou ter incorrido em novas dívidas; e quando perguntadas sobre a motivação do endividamento, aproximadamente a metade delas relatou ter-se endividado para cobrir gastos básicos com alimentação, moradia, saúde e transporte. Algumas das entrevistadas relataram, por exemplo, ter-se endividado para comprar remédios e oxigênio para familiares com casos graves de COVID-19, conforme mencionado na seção dedicada à metodologia da pesquisa. A segunda motivação mais importante, relatada por 10 das entrevistadas, foi a compra de eletrodomésticos ou outros bens de consumo duráveis. Quatro endividaram-se para comprar celular, computador ou *tablet*, apenas 3 para manter um negócio que gerasse renda e 3 responderam que contraíram novas dívidas para pagar dívidas antigas.

Quando perguntadas acerca de qual era a situação de endividamento de suas famílias no momento da pesquisa, cerca de metade afirmou que sua família se encontrava muito endividada e a outra metade afirmou estar um



pouco endividada. Somente duas entrevistadas disseram que as respectivas famílias não se encontravam endividadas.

Para cerca de 60% das entrevistadas, os gastos decorrentes do pagamento das dívidas comprometem parte dos gastos mínimos necessários para garantir a sobrevivência, e para cerca de 30%, comprometem totalmente. Duas entrevistadas afirmaram que não há comprometimento dos gastos básicos em decorrência do pagamento de dívidas.

## CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, o objetivo era ir além dos números gerais abstratos que já conhecemos: procuramos trazer um pouco da realidade objetiva de mulheres do Norte e Nordeste do país, que vivem em contexto de grande desigualdade e precarização. Por meio do testemunho dessas mulheres, de suas experiências e vivências, os resultados dessa pesquisa refletem as enormes dificuldades pelas quais têm passado. Sua situação, dentro do grave quadro social brasileiro e do aumento do endividamento das famílias, manifesta-se de forma dramática. A ausência de renda estável e a crescente precarização da rede de proteção social têm afetado não apenas as entrevistadas, mas todo o núcleo familiar, tendo em vista o papel fundamental que representam na renda doméstica. Ainda que o Auxílio Emergencial tenha possibilitado uma recuperação da renda das famílias, essa recuperação foi limitada ao período de pagamento do benefício e à posterior redução do valor e do número de pessoas assistidas, além de terem aumentado em larga escala as necessidades a serem supridas frente à significativa deterioração das condições de vida. O desmonte do Estado tem múltiplas facetas. Por um lado, imprime lógica privada na gestão das empresas públicas e, por outro, alimenta um processo inflacionário, dado que os preços ditos administrados agravam,

ao invés de atenuar a inflação. Sendo assim, serviços de utilidade pública como o fornecimento de energia têm sofrido reajustes constantes, impactando ainda mais negativamente o poder de compra e impelindo as mulheres a incorrerem em dívidas para subsistência. Ademais, famílias de baixa renda têm aumentado seus gastos com saúde diante da precarização do serviço público que está sendo promovida atualmente pelo governo.

O modelo econômico que avança com o processo de financeirização especulativa, provocando simultaneamente a ampliação do capital improdutivo, tem promovido a acelerada desindustrialização do país que estamos vendo, com seu corolário de crescente desemprego e precarização do trabalho. É o setor industrial quem promove emprego em quantidade e, inclusive, ao acrescentar valor aos produtos, cria condições para aumento da massa salarial e para a melhoria de renda das e dos trabalhadores. Ainda que os serviços respondam à maior parte dos empregos no Brasil, as condições de trabalho nesse setor vêm sendo brutalmente precarizadas. Ademais, não é o agronegócio nem o setor bancário (atualmente promovendo demissões em massa) que criam empregos; pelo contrário, esses são os beneficiários dessa especulação financeira. O agro – que não é pop – tem-se transformado no avalista dos fundos de investimento. Estes, por sua vez, vêm sendo apresentados como solução para as poupanças populares através da enxurrada de publicidade veiculada tanto nos canais de televisão aberta quanto nas redes sociais.

A sequência de financeirização crescente e deterioração da industrialização é uma combinação nefasta que vem tornando o endividamento, que pode ser um instrumento de crescimento econômico, uma armadilha para os setores populares. A oferta de crédito fácil promovido, como se percebeu na pesquisa, por maciças campanhas de marketing por parte de bancos e financiadoras, torna-se uma arapuca de

difícil resolução perante o processo de precarização do trabalho. As atuais políticas destinadas ao mercado de trabalho têm consistido justamente na destruição da regulação trabalhista para fazer avançar a desresponsabilização do empresariado para com as e os trabalhadores e, ao mesmo tempo, criar melhores condições para sua docilização. Sendo justamente o velado disciplinamento da mão de obra, um dos efeitos centrais do processo de endividamento.

Corroborando os dados agregados de endividamento populacional, as modalidades mais utilizadas de crédito são as de menor qualidade (caras e de curto prazo), como o cartão de crédito rotativo e empréstimos a juros altos. Os recursos daí provenientes são especialmente gastos em tarifas de serviços públicos, cujos lucros agora direcionam-se às empresas privatizadas. Assim, essa translocação se faz agora diretamente para tais empresas, o que ainda impede a promoção de subsídios ou suportes realizados pelo Estado para baratear os custos familiares em energia, como acontece no caso dos subsídios às tarifas de luz e gás em áreas periféricas e vulnerabilizadas. Ademais, a deterioração das condições de vida com a pandemia implica em maior dificuldade para que as mulheres honrem as dívidas contraídas, assim como as predispõe a contrair mais dívidas, dado que a motivação para contrair crédito envolve gastos de sobrevivência e os juros vêm em crescente desde o início da recente subida de juros básicos.

O modelo ultra neoliberal implementado nos últimos seis anos revela-se um verdadeiro fracasso para a população, ao passo que tem promovido forte aumento da concentração de renda no topo da pirâmide social. As medidas e políticas implementadas pelo governo federal, e como mostra o universo micro da realidade das comunidades aqui pesquisadas, trouxeram desemprego, endividamento e desalento para milhões de mulheres e homens de nosso país. De modos diversos, que aqui buscamos apresentar sucintamente, fica evidente que o atual crescimento da

pobreza e da miséria extrema no Brasil não é um carma ou um desastre provocado pela pandemia, mas sim o resultado do processo de financeirização de países e pessoas, cada vez mais indissolavelmente ligado à expansão da pobreza, à concentração da riqueza e à erosão permanente da democracia, que requer diversas formas de repressão para seu desmantelamento.

Por isso, podemos afirmar que “a financeirização da vida promove um terror cotidiano”<sup>20</sup>, ampliando a trama das violências econômicas e financeiras que vivem as populações precarizadas, e em particular as mulheres, que sustentam cotidianamente o acontecer da vida.

---

<sup>20</sup> Cavallero, Lucía. “La deuda como dispositivo de violencia financiera en las economías populares feminizadas”. Tesis Doctoral. Facultad de Ciencias Sociales (UBA), 2021.

